

A IDEOLOGIA DA “CLASSE C” COMO A CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

The ideology of “c class” as brazilian middle class

Anderson Alves Esteves *

Resumo: Aplicação do método da Teoria Crítica, vincado pela crítica imanente e pelo respeito à investigação histórica, para a investigação da estratificação social brasileira no início do século XXI.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Classe social; Brasil.

Abstract: Application of the first-generation Critical Theory method, distinguished by immanent critique and respect for historical research, so as to research the Brazilian social stratification at the beginning of the 21st century.

Keywords: Critical Theory; Social Class; Brazil.

* Doutorando em Filosofia pela PUC-SP, sob orientação do Prof. Dr. Antonio José Romera Valverde, e bolsista pela CAPES. Contato: andersonalvesesteves@uol.com.br

Nó: a equação da ideologia

Em voga, a “classe C” cresceu de 18% da população brasileira, em 1990, para 55,05%, em 2011, quando mais de 100 milhões de brasileiros viviam com renda familiar entre R\$ 1.200,00 e R\$ 5.174,00¹; estima-se, ainda, que, em 2014, a “classe C” contemple mais de 60% da população brasileira².

As pesquisas quantitativas trabalham com a renda e com a caracterização da cesta de consumo como os fatores delineadores dos estratos sociais A, B, C, D e E; incorretamente, denominam os estratos como “classes”, negligenciando e confundindo pesquisas clássicas de classificação e estratificação social, notadamente, as de Karl Marx, de Max Weber e de Pierre Bourdieu³. Nas pesquisas quantitativas em voga, bastaria elencar alguns critérios classificadores

¹ Duas pesquisas quantitativas atestaram o fenômeno: 1 – SOUZA, A.; LAMONIER, B. *A nova classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010, p. 02. 2 - NERI, M. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 27.

² NERI, M. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 49.

³ Marcelo Neri considera que “os sociólogos podem relaxar” [idem, p. 17] e considerar os dados apenas como estratos econômicos; contudo, em lugar de relaxamento, sociólogos e pesquisadores do fenômeno precisam abrir ainda mais os olhos. A subjacência para estabelecer a estratificação, de acordo com tais pesquisas, são a renda e o potencial de consumo: bens duráveis [aparelhos de TV e de som, DVD, máquina de lavar roupa, geladeira...], número de banheiros no lar, empregada doméstica, instrução do chefe de família, capacidade de manutenção do consumo não apenas a curto prazo são algumas das variáveis usadas por elas. A despeito do uso da terminologia desleixada usada pela imprensa, este artigo encontra subjacência em pesquisas que, além da renda, levam em conta também a ocupação da população para delinear a estratificação social brasileira, tal como as pesquisas de Marcio Pochmann [et alli] nos cinco volumes do *Atlas na nova estratificação social no Brasil*, publicados na segunda metade da década de 2000. Pochmann define “classe média” como “o conjunto demográfico que, embora com relativamente pouca propriedade, destaca-se por posições altas e intermediárias tanto na estrutura sócio-ocupacional como na distribuição pessoal da renda. Por consequência, a classe média termina sendo compreendida como portadora de autoridade e status social reconhecidos, bem como avantajado padrão de consumo. [...] Pode-se compreender o conjunto demográfico que compõe a classe média como subdividido em classe média alta [executivos, gerentes, administradores, entre outros], média classe média [ocupações técnico científicas, postos-chaves da burocracia pública e privada, entre outros], e classe média baixa [professores, lojistas, vendedores, entre outros]. Também se deve reconhecer que no segmento demográfico definido por classe média não se encontram somente os estratos ativos urbanos e rurais com ocupação, ou seja, os assalariados que trabalham por conta-própria e os proprietários, mas também os estratos inativos vinculados à distribuição pessoal da renda intermediária, como pensionistas e aposentados, rentistas financeiros, proprietários arrendatários de imóveis [terrenos, residências] ou de móveis [automóveis, caminhões] e não portadores de renda e patrimônio por herança [viúvos, filhos, netos].” [POCHMANN, Marcio (et alli). *Classe média: desenvolvimento e crise*. São Paulo: Cortez, 2006 (Atlas da nova estratificação social no Brasil, vol. I), p. 16]. Nota-se que para a definição de classe social, o procedimento economicista de equalizá-la à renda, tal como feito por Amaury de Souza, Bolívar Lamounier e Marcelo Neri, não é suficiente: ele deixa de lado o *habitus* [tal como pensado por Bourdieu] da classe e não explica o modo como pensamentos e ações se sedimentaram, como as socializações primária e secundária materializaram comportamentos que permitem a manutenção na mesma classe e a mobilidade social [ascendente e descendente] para outras. Não basta ter renda de “classe C”, faz-se mister uma relação com o dinheiro, com o crédito, com as jornadas de trabalho

de grupos e apontar a mobilidade social a partir da posse de alguns artigos e serviços, como bens duráveis [aparelhos de TV e de som, DVD, máquina de lavar roupa, geladeira...], número de banheiros no lar, empregada doméstica, instrução do chefe de família, capacidade de manutenção do consumo não apenas a curto prazo, para, com tal critério economicista que negligencia a ocupação da população e a história da formação das classes sociais no país, considerar que alguns grupos estão em mobilidade social ascendente ou descendente.

Marcelo Neri argumenta que o principal fator do crescimento da “classe C” foi a “carteira assinada”⁴, seguido de outros fatores como as políticas públicas de transferência de renda e o aumento do salário mínimo, todos ocorridos na primeira década do século XXI; Amaury Souza e Bolívar Lamounier consideram que a expansão do crédito também foi um fator significativo e ocorreu desde a última década do século XX. Na cesta de consumo, os principais elementos incorporados pelo contingente emergente foram imóveis, automóveis e, principalmente, eletrodomésticos. Em lugar de considerar o setor médio da população brasileira como “débil”, “flutuante” e mesmo insignificante⁵ em uma sociedade que se caracterizava mais por uma “feitoria”⁶ do que com um país, tal como fizeram os cientistas sociais clássicos da Geração de 1930, as pesquisas quantitativas recentes louvaram o crescimento da “classe C” como o alcance à condição do Brasil como um país de classe média.

prolongadas, com a disposição de aprendizagem de novas técnicas de trabalho, por exemplo, que evitem a mobilidade social descendente. Eis um exemplo dado por Jessé Souza: “[...] Um professor universitário, em início de carreira, que ganha seis mil reais terá, com toda a probabilidade, uma condução de vida, hábitos de comportamento e de consumo, formas de lazer e de percepção do mundo em todas as dimensões muito diferentes de um trabalhador qualificado de uma fábrica de automóveis que também ganha seis mil reais. Associar essas duas pessoas como sendo de uma mesma classe não tem qualquer sentido e é absurdo. Para o processo de dominação social, cuja reprodução depende de uma percepção que fragmenta o mundo em indivíduos soltos e sem qualquer vínculo de pertencimento social coletivo, esse tipo de leitura superficial do mundo que associa classe à renda é muito bem-vindo” [SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. 2º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 363]. Ademais, conforme argumenta Florestan Fernandes em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, classe social define-se, historicamente, com o desenvolvimento do capitalismo suficiente para associar ordem legal racionalizada, universalização da propriedade privada e estado nacional e que coloca diferentes grupos sociais em diferentes posições e condicionando-os à concentração ou não de riqueza, posse ou não de prestígio e poder, facilidade ou não de mobilidade e de mudanças sociais. Considerar “classe média” segundo o critério unilateral de um estrato particular de renda adquirida sem localizá-la no enquadramento histórico correspondente, portanto, em lugar de ser uma panaceia sociométrica, significa não dizer muito à medida que tal critério apenas naturaliza um fenômeno histórico.

⁴ NERI, M. [Coord.]. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008, p. 07. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/classe_media>. Acesso em: 05-01- 2014.

⁵ FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 10º ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, pp. LXVII, 308, 354.

⁶ RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 194.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.8 – Nº.1	Junho 2015	p.15-31
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

Contudo, trata-se de um louvor ideológico: as pesquisas quantitativas combinaram três elementos, a saber, *aumento da renda, aumento do consumo e diminuição da pobreza monetária* para considerar que houve *mobilidade social ascendente e imediata redução da desigualdade*. A cantilena lançou mão da autoridade dos números e apontou que a teologia do mercado desregulamentado conduziria o país a uma sociedade de classe média aos moldes da Suécia, dos EUA e da Alemanha. Uma crítica imanente da equivalência entre “classe C” e classe média tradicional precisa promover o desenlace dos elementos acima e, para tal, a história, negligenciada nas pesquisas quantitativas, precisa ser levada em consideração.

História: da insignificância do setor médio à ideologia do “país de classe média”

Desde a Colônia, o Brasil caracterizou-se como um fornecedor de bens primários para o mercado europeu e o eixo econômico dessa atividade contava com propriedades extensas cultivadas com trabalho escravo. Como atividade acessória ao eixo, houve a pequenez da vida urbana voltada para a administração dos núcleos coloniais e que se constituía de uma “classe média entre proprietários e escravos”⁷. Pau-brasil, Cana-de-açúcar no Nordeste, ouro e diamante no Centro-Sul, extrativismo no Vale Amazônico, algodão – de forma geral, para qualquer bem primário explorado ao limite e que fazia a atividade econômica movimentar-se a solavancos [intensiva exploração, decadência e extinção], a mão-de-obra baseava-se no trabalho escravo que reduzia o homem a mero instrumento bruto e muscular [animalizando-o] de trabalho e ao dispor de um senhor – no campo e na cidade, a escravidão ocupava a vida social e foi empregada em todo o tipo de trabalho, deixando, de acordo com Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala*, pouco espaço para atividades a serem desenvolvidas por trabalho livre [feitor, mestre de engenho, servidor público, profissional liberal (não existiam mais que 32 advogados em 1792, no Rio de Janeiro, e nenhum médico verdadeiro em 1818, em São Paulo), negociante (esta última era uma atividade restrita aos reinóis, isto é, os nascidos em Portugal) e sacerdote (esta era uma atividade que, verdadeiramente, permitia mobilidade social a pessoas de origem social humilde)]. Além de índios capturados e escravizados nas Bandeiras, Darcy Ribeiro apresentou uma “demografia

⁷ PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. 41^o ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 42.

hipotética”⁸ que mostra a importação de 6,3 milhões de escravos importados da África entre 1540 e 1860. Eis, assim, um “vácuo imenso entre os extremos da escala social”⁹: senhores [poucos] e escravos [em massa] estavam em posições equidistantes e, entre eles, pessoas ocupadas na incerteza das atividades supracitadas, brancos desclassificados que recusavam-se a atividades desenvolvidas por escravos e que caíam na vadiagem e no crime, índios sem ajustamento definido à sociedade que os retirou de aldeias autóctones, mestiços sem atividade definida, agregados às famílias dos senhores de engenhos que prestavam pequenos serviços em troca de provimentos e proteção.

Entre a vinda da família real, a Independência e o Império, tornou-se transparente a crise dos anacrônicos impérios ibéricos diante da passagem do capitalismo comercial ao industrial: somente no quadro do primeiro a escravidão e o Pacto Colonial faziam sentido; no segundo, a manufatura, na Europa sob a Revolução Industrial, fez desaparecer e substituiu o pequeno artesão por unidades de trabalhadores assalariados que produziam em escala muito maior para um contingente de consumidores em escala semelhante. A Colônia que continuava a produzir apenas para a metrópole e o Brasil imperial que, mesmo livre de Portugal, mantinha o trabalho escravo [1/3 da população no século XIX e importação de 50.000 escravos ao ano], significavam obstáculos a serem superados pela nova dinâmica do capitalismo – primeiramente a Colônia, sob pressão inglesa, foi aberta ao comércio internacional mediante a abertura dos portos no início do século XVIII, mas continuou exportando extensivamente poucos gêneros de interesse ao mercado europeu e, assim, pouco mudou em relação ao período anterior [situação ainda não completamente superada atualmente]; em seguida, sob o Império, a monocultura do café substituiu a decadência das lavouras de cana-de-açúcar e ainda contou com trabalho escravo em grande parte do século XIX, a despeito do fim do tráfico internacional, e somente na segunda metade do século substituiu a escravidão por trabalho assalariado de imigrantes [em 1905, 1/3 da população do Estado de São Paulo era composta de imigrantes italianos¹⁰, um aumento do contingente de brancos, católicos e latinos que foi louvado pelos setores conservadores e

⁸ RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 147.

⁹ PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 289.

¹⁰ FREYRE, G. *Ordem e progresso*: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. 6° ed. São Paulo: Global, 2004, p. 568.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.8 – Nº.1	Junho 2015	p.15-31
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

etnocêntricos/eugênicos¹¹]. Também é deste período a formação de um capitalismo “incipiente”¹² que marcou a história posterior do país – formaram-se as primeiras companhias e sociedades, expandiram-se as forças produtivas como manufaturas, estradas de ferro, navegação a vapor, aparelhamento comercial e crédito na agricultura, multiplicaram-se os bancos; ademais, instalaram-se, no país, estrangeiros das mais diferentes profissões [“marceneiros, cabeleireiros, químicos, funileiros, ferreiros, modistas, fabricantes de queijo”¹³]. Contudo, a mão-de-obra para a agricultura e para a vida na nova concentração demográfica [agora no Centro-Sul, notadamente, São Paulo] seria assalariada de maneira consideravelmente baixa – condição *sine qua non* para a prosperidade dos senhores do café. A força e a fraqueza de tal quadro econômico, da chegada das caravelas até aquele momento, baseavam-se na manutenção da produção para a exportação: se o Brasil tinha o quase monopólio mundial do café, possuía também a dependência perigosa da conjuntura internacional que podia declinar a economia, tal como ocorrera anteriormente, com o pau-brasil, os minérios, o algodão e o açúcar.

Durante a Primeira República, houve o apogeu e o declínio desta economia extensiva, de larga escala e de exportação de matérias-primas [além do café e de modo menos vultoso, também a borracha, o cacau, o açúcar, o mate e o fumo]: externamente, houve o desenvolvimento econômico europeu e norte-americano, o liberalismo econômico, a industrialização e o aumento no padrão de vida internacionais, fenômenos que aumentaram o consumo de bens primários e os créditos que os barões do café conseguiam no mercado internacional; internamente, a imigração subvencionada pelo Estado resolveu a questão da abolição da escravidão [mas com muitos problemas de adaptação: acostumar o trabalhador livre à grande lavoura foi terrivelmente difícil e ele só não a abandonava por conta da estratégia de retê-lo por dívidas que o aprisionavam ao lugar, os antigos senhores de escravos também tiveram de se adaptar à nova realidade na qual os trabalhadores reivindicavam melhores salários e condições de trabalho – o que subtraía parte dos lucros dos senhores e ajudava a levá-los ao fim das atividades]. Em termos de estratificação social, a despeito do fim da escravidão, o antagonismo entre dois grupos se manteve: sobrados de

¹¹ FREYRE, G. *Ordem e progresso*: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. 6° ed. São Paulo: Global, 2004, p. 693.

¹² PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. 41° ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 193.

¹³ FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 10° ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 22.

homens ricos de um lado e moradores de “mucambos”¹⁴, de outro – uma classe média entre ambos ainda estava longe de alcançar números significativos. E o que pareceu ser a força, foi, concomitantemente, a fraqueza do modelo: a atividade econômica concentrada em poucos produtos para a exportação deixava o país dependente dos mercados internacionais que, pela concorrência com outros países e pela queda do preço internacional, levou a produção de alguns produtos à derrocada, primeiramente a borracha e, em seguida, o cacau. O café passou pelo mesmo problema e, a despeito do crédito internacional, as crises de superprodução foram frequentes: além da queda dos preços do produto que forçava a especulação para estabilizá-lo em valores artificiais – manobra que não sobreviveu à crise de 1929 –, os senhores do café tornaram-se cada vez mais subservientes ao capital financeiro estrangeiro que penetrou para retirar proveito das crises e do financiamento de investimentos infraestruturais [usinas de energia elétrica, portos, ferrovias...] – eis uma “semicolônia”¹⁵ agrilhoadada por interesses estrangeiros que, diante do esgotamento da acumulação de capital fundamentada no café, diversificou suas atividades para perenizar a sangria das riquezas criadas e limitar o país como fornecedor de funções primárias na divisão internacional do trabalho.

Entre 1930 e 1980, aproveitou-se a formação de um mercado interno, impossível nos séculos de escravidão, a imigração em massa de trabalhadores europeus, o desenvolvimento tecnológico dos transportes, da comunicação e da produção propriamente dita [trabalho morto sob forma tecnológica que poupa gastos com trabalho vivo], a conjuntura da Segunda Guerra que complicou e reduziu as importações [mas também dificultou o investimento do capital privado logo após o fim da guerra, uma vez que o investimento em países mais desenvolvidos que o Brasil foi priorizado], para mudar o eixo da economia de verniz hegemonicamente agrícola, ainda controlador da política externa do Brasil por apostar na acumulação viabilizada pela exportação de bens primários, para o industrial [o Estado contribuiu com a mudança da hegemonia da agricultura para a indústria intervindo da maneira que pôde: regulação da relação entre capital e trabalho, fixação de preços, fornecimento de subsídios mais altos ou mais baixos em relação ao destino, garantia de obras de infraestrutura, distribuição de ganhos e perdas entre classes

¹⁴ FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 10^o ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. XL.

¹⁵ PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. 41^o ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 224.

sociais¹⁶; contudo, tolerante com as relações entre capital e trabalho no campo e com a exportação de bens primários para o mercado mundial – eis o casamento brasileiro, entre o moderno e o arcaico, apadrinhado pelo Estado como figura “estruturante”¹⁷, e não apenas expressão, de tal relação]: superficialmente, a descolonização estaria encaminhada à medida que se produzia no país o que seria de seu próprio interesse; contudo, o capital internacional adentrou o país também com unidades produtivas, absorvendo as indústrias locais [Gilberto Freyre argumenta que, em 1908, existiam três mil manufaturas no país, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande de Sul e em Pernambuco¹⁸] e/ou tornando-as suas subsidiárias para manter e expandir um mercado já pertencente a ele há séculos – as unidades fabris aqui instaladas [para aproveitamento da mão-de-obra barata em relação aos países ricos, diminuição de encargos alfandegários e de transporte] remetiam o lucro para o exterior e não ocupavam posições decisivas na divisão internacional do trabalho; ao contrário, recebiam o comando do exterior e, assim, limitavam-se a apenas montar e finalizar o que era prescrito pelos centros de comando dos gigantescos monopólios que controlavam/controlam a economia, expandindo-se e anexando setores outrora não-monopolizados, cujo resultado foi a concentração de renda em níveis jamais vistos na segunda metade do século XX¹⁹; com efeito, o país continuava/continua colonizado por interesses estranhos que, desde a extração do pau-brasil, transferem para fora, de modo parasitário, o que era/é produzido aqui e, ainda, permaneceu/permanece refém da conjuntura internacional que, por conta de crises externas, arrastava/arrasta o país com elas. Além de não ocorrer o fim da colonização, houve aprofundamento da raiz arcaizante na economia brasileira à medida que a industrialização superficialmente modernizadora foi, nos termos de Darcy Ribeiro, “recolonizadora”²⁰ à medida que continuava a se interessar, apenas, na pilhagem das riquezas dos trópicos sul-americanos; tanto que o contexto empreendeu um tipo de empresário nacional que Florestan Fernandes chamou de “burguês complacente”²¹: associado aos interesses das grandes corporações e recolhendo migalhas das mesas destas, ele torna-se agente da continuidade da colonização porque não preocupa-se com nenhum projeto nacional que dê autonomia ao país; ao

¹⁶ OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 40.

¹⁷ Idem, p. 128.

¹⁸ FREYRE, G. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*. 6° ed. São Paulo: Global, 2004, p. 719.

¹⁹ OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 95.

²⁰ RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 228.

²¹ FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 18.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.8 – Nº.1	Junho 2015	p.15-31
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

contrário, o quão mais a acumulação de capital ocorrer nestes moldes, maiores a dependência e a continuidade de arcaísmos concomitantes à modernização, tais como grandes cidades com contingentes de miseráveis convivendo com unidades fabris de forte implementação de tecnologia e que remetem para fora do país remessas altíssimas de lucros, rápida e intensa industrialização concomitante a instituições políticas [que quebraram a democracia parlamentar quando foi preciso] denotativas da grande influência do capital estrangeiro, notadamente o norte-americano, que pouco ou nada alteraram as relações patriarcais dos séculos anteriores. Em lugar de alterar as relações e estruturas coloniais, estas foram absorvidas pelo capitalismo monopolista industrial e revitalizadas por ele à medida que o capital estrangeiro e os grupos associados a ele apropriaram-se das instituições e as usaram, sob o véu da democracia representativa, para ampliar o consumo em massa sem que condições iguais tivessem sido dadas a todos – não houve relação dinâmica entre desenvolvimento do capitalismo industrial monopolístico e descolonização²²; ao contrário, é pelo avanço do primeiro que a segunda nunca se completa e que a burguesia local aliada ao capital estrangeiro opera de modo antinacional .

Foi sob tal conjuntura semicolonial, ainda, que o contingente demográfico de classe média [tal como definida por M. Pochmann na nota 3 do presente artigo] no Brasil encontrou-se em ascensão: em 1920, menos de 1/6 dos ocupados urbanos do país pertencia à classe média; em 1980, o contingente subira para 1/3²³: a industrialização e a urbanização expandiram os empregos assalariados da estrutura ocupacional e absorveram a classe média das décadas anteriores que, crescentemente, era expropriada de meios de produção fracos perante o grande capital – já na década de 1960, a classe média assalariada era majoritária perante a classe média proprietária de algum meio de produção²⁴, uma vez que, além do grande capital estrangeiro vinculado à exportação, cresceu a participação do Estado na economia e, conseqüentemente, a ocupação de importante contingente pertencente à classe média no âmbito do serviço público. No setor privado, indústrias que exigiram trabalhadores com maior qualificação, como a automobilística, a naval, a de mecânica pesada, a indústria do cimento, do papel e celulose, o aumento da capacidade da siderurgia, ramos instalados e reforçados na era do Plano de Metas do governo JK,

²² FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 38 *et seq.*

²³ POCHMANN, M. [et alli]. *Classe média: desenvolvimento e crise*. São Paulo: Cortez, 2006 [Atlas da nova estratificação social no Brasil, vol. I], p. 34.

²⁴ POCHMANN, M. [et alli]. *Classe média: desenvolvimento e crise*. São Paulo: Cortez, 2006 [Atlas da nova estratificação social no Brasil, vol. I], p. 30.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.8 – Nº.1	Junho 2015	p.15-31
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

e a expansão em ocupações que demandavam mão-de-obra com formação em nível superior, durante o milagre econômico [1968-1973], contribuíram para que o contingente demográfico de classe média assalariada se tornasse cada vez mais forte. E qual era o poder de tal classe média? Para permitir a hegemonia do setor industrial sobre os outros, a mudança, cujo marco mais significativo foi 1930, não pôde ocorrer sem a edificação de relações entre capital e trabalho que garantissem a acumulação de capital consideravelmente vantajosa aos investidores: a criação do salário mínimo, garantidor de valores de subsistência fisiológica e psíquica, foi um fator fundamental para permitir que a indústria fosse a chave do novo modo de acumulação e, assim, a massa que chegava às cidades para compor o exército industrial de reserva e, aumentada a concorrência na força de trabalho, forçava a redução do valor da força de trabalho a níveis que não fossem muito além do salário mínimo para os que já estavam empregados e para os que chegavam ao mercado de trabalho, mesmo entre trabalhadores qualificados, e, com efeito, o salário mínimo converteu-se em “denominador comum de todas as categorias”²⁵, beneficiando e não prejudicando a acumulação de capital à medida que *igualou reduzindo* o preço da força de trabalho, de acordo com Francisco de Oliveira – mesmo os setores que mais cresciam e categorias que mais podiam se beneficiar não o conseguiram porque a referência adotada era o próprio salário mínimo, não o setor industrial mais pujante que outros. A resposta à questão acima, acerca do poder da classe média, é a de que ela não conquistou nenhum poder, ao contrário, foi vítima da estratégia de acumulação de capital, uma vez que seus vencimentos mantiveram-se no limite da sobrevivência ou ficaram aquém dela; quem conquistou mais poder foi o capital industrial, que concentrou para si a renda criada pelos trabalhadores brasileiros. No setor terciário, também de considerável crescimento [horizontal e descapitalizado] no período em questão, o auxílio que ele oferece à acumulação de capital urbana foi evidente no modo como ele tornou-se caudatário de atividades fabris. A abundância de força de trabalho resolveu as necessidades urbanas em cidades sem equipamentos infraestruturais e nos subúrbios mais afastados com atividades de baixa remuneração que não representou concorrência ao capital industrial, seja por não minar a abundância da mão-de-obra para a indústria, por não conseguir capitalizar-se para crescer e concorrer como um setor independente à indústria ou por livrar a indústria da necessidade de comercializar seus produtos e, assim, reforçarem a acumulação e a concentração de renda em benefício da indústria: reformulação de atividades artesanais, de

²⁵ OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 38 et seq.

reparação de automóveis e eletrodomésticos, mercearias, bazares, toda ordem de prestação de serviços pessoais e atividades empreendidas com a pura força de trabalho – trata-se de um contingente, considerado também de classe média em pesquisas de estratificação social, que está longe de gozar de algum poder ou contribuir para desconcentração da renda²⁶.

A partir da crise da década de 1980, seguida da introdução de políticas neoliberais da década de 1990, houve queda da renda para a classe média [e mesmo antes, uma vez que uma das estratégias da ditadura militar e das corporações monopolizadoras dos setores mais “dinâmicos” da economia, mas que se expandiam também para outros setores aproveitando os subsídios governamentais e conseguiam a superacumulação de capital de modo a concentrar ainda mais a renda e a controlar toda a economia do país, era o arrocho dos proventos dos trabalhadores assalariados, ademais, a imigração do campo à cidade, movimento empreendido por 31 milhões de pessoas entre 1960 a 1980, permitia às corporações lançarem mão da estratégia da rotatividade graças à força de trabalho sobrando e, assim, conservar os salários em níveis baixos²⁷ – estratégias que, no Brasil, sempre dificultaram a formação de uma “sociedade de consumo” como as dos países de vanguarda do capitalismo e que forçaram o crescimento da informalização de considerável contingente da população economicamente ativa, geralmente com remuneração aquém do que alcançam os trabalhadores formalizados], desemprego, semiestagnação, perda do status de classe, maior dificuldade de ocupação em um mercado mais competitivo e que não ofertava o mesmo número de vagas de outrora, uma vez que o parque produtivo instalado até o momento não suportou a abertura à inconsequente concorrência externa que diminuiu a presença do capital produtivo, à medida que as importações cresceram e as privatizações reduziram o

²⁶ “[...] Não é estranha a simbiose entre a ‘moderna’ agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? Qual é o volume de comércio de certos produtos *industrializados* – o grifo é proposital – tais como lâminas de barbear, pentes, produtos de limpeza, instrumentos de corte, e um sem-número de pequenos objetos, que é realizado pelo comércio ambulante das ruas centrais de nossas cidades? Qual é a relação que existe entre o aumento da frota de veículos particulares em circulação e os serviços de lavagem de automóveis realizados braçalmente? Existe alguma incompatibilidade entre o volume crescente da produção automobilística e a multiplicação de pequenas oficinas destinadas à *re-produção* dos veículos? Como explicar que todos os serviços de consumo pessoal cresçam mais exatamente quando a indústria recupera seu dinamismo na criação de empregos e quando todo um processo se cristaliza – conforme os resultados do censo demográfico de 1970 – numa distribuição da renda mais desigual? Esses tipos de serviços, longe de serem excrescência e apenas depósito do ‘exército industrial de reserva’, são adequados para o processo de acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração da renda”. OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, pp. 57-58.

²⁷ GUERRA, A [et alli]. *Trabalhadores urbanos: ocupação e queda na renda*. São Paulo: Cortez, 2007 [Atlas da nova estratificação social no Brasil, vol. II], p. 41. OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 93 *et seq.* POCHMANN, M. *Nova classe média?: o trabalho na pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 23 *et seq.*

tamanho de muitas organizações. Adicionada a tais problemas estava a inflação inercial, vencida apenas com o Plano Real, sob os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, mediante a supervalorização da moeda combinada com a continuação da abertura da economia para frear a elevação de preços por conta da concorrência das importações, mas também freando o crescimento da produção local e mesmo extinguindo unidades de produção e aumentando o desemprego [20% da População Economicamente Ativa nos anos seguintes ao Plano Real²⁸]. No mesmo período, muitas funções intermediárias no interior das grandes empresas entraram em decomposição e foram desassalariadas: formas autônomas de mão-de-obra serviam às empresas sem que estas a incorporassem em sua folha de pagamento – “consultores, trabalhadores independentes, especialistas organizados em cooperativas e empresas sem empregados [somente pessoa jurídica]” são atuais membros da classe média vitimados pela terceirização, pelo *downsizing* e pela re-engenharia toyotista²⁹.

Se da industrialização até a Crise da dívida [1980], a “classe média” crescia à medida que aumentava o contingente de assalariados, a partir desta data até os dias atuais, alcançar o posto de classe média, e mais [ou menos?] precisamente, pertencer à “classe C” é, de acordo com as condições *estruturais*, fazer parte de um contingente que vive sob o desassalariamento industrial e a expansão de micros e pequenos empreendimentos cuja característica é diferente daqueles peculiares ao início do século XX: por atender aos serviços de grandes corporações, os pequenos empreendimentos são caudatários e subservientes a elas e não têm a pretensa autonomia característica ao período e ideologia liberais. Ser autônomo, sob tal conjuntura, é ser subserviente, é ser cada vez mais incapaz de ascender a patamares superiores na mobilidade social, uma vez que as grandes corporações monopolizaram o mercado e dominaram-no com múltiplos tentáculos. Não há oposição entre a pequenez do “empreendedor” de “classe C” e o gigantesco capital toyotista e financeiro: o primeiro foi expulso do antigo exército industrial fordista ou jamais nele adentrou, e convive com o que sobrou dele, convive de modo precarizado e como reserva de mercado para facilitar a rotatividade do trabalho formal e diminuir o valor da força de trabalho. Pertencer à “classe C”, se aos olhos da ideologia vigente, é sair da miséria e

²⁸ POCHMANN, M. *Nova classe média?: o trabalho na pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 59.

²⁹ “(...) A participação relativa da classe média assalariada foi perdendo importância. No ano de 2000, por exemplo, estima-se que menos de 3/5 do total da classe média ocupada estava associada ao emprego assalariado, enquanto em 1980 eram mais de 2/3”. POCHMANN, M. [et alii]. *Classe média: desenvolvimento e crise*. São Paulo: Cortez, 2006 [Atlas da nova estratificação social no Brasil, vol. I], p. 32.

alcançar a classe média, aos olhos do analista da mobilidade social que não negligencia a história e o ambiente neoliberal/toyotista³⁰ em que ela ocorreu, também é sair da classe média tradicional à medida que antigas ocupações foram precarizadas e extintas: em lugar de classe média, o contingente pertencente à “classe C” é melhor definido por uma conjunto de *trabalhadores* que, antigamente, estavam excluídos do mercado formal e por aqueles que foram precarizados e excluídos dos antigos padrões produtivos e produtivos para se tornarem, agora, pequenos “empreendedores”. Mesmo a alta classe média, que possui postos de controle, vê sua ocupação como circunstancial e, por isso, investe na financeirização de sua renda para ainda tentar acompanhar, mesmo que de longe, a alta burguesia. E mesmo a classe média que se manteve ocupada sofreu com a perda de renda: a camada média baixa perdeu 37,3% entre 1960 e 2000; a média média, 20,2%³¹, números acentuadamente negativos graças à política de concentração de renda durante a ditadura militar, à financeirização da riqueza que colaborou para enxugar ocupações peculiares à classe média, à redução da participação do estado no setor produtivo que também resultou em eliminação de funções para a camada média da classe média. Em termos de mobilidade social, a camada média decaiu para a baixa classe média ou luta para não decair; não conseguindo recolocação na indústria especializada e primário-exportadora, migrou para o setor terciário e vive sem expectativa de ascender à alta classe média. A solução teórica de Caio Prado Jr., elaborada na primeira metade do século XX, em afirmar a passagem de colônia para semicolônia, mostra sua vitalidade à medida que, sob o capitalismo comercial, industrial ou financeiro, o país não foi completamente descolonizado e ainda é administrado por interesses exógenos; com efeito, a “classe média”, seja aquela que trabalhava nos centros administrativos da Colônia, seja a que, atualmente, porta um cartão de crédito e se endivida nos centros de consumo, vive semeando o que não lhe pertence e veiculando os desígnios do colonizador, conforme Darcy Ribeiro³² argumentou.

³⁰ CHAUI, M. “Uma nova classe trabalhadora” In: SADER, E. [Org.] *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/FLACSO, 2013, p. 130.

³¹ POCHMANN, M. *Nova classe média?: o trabalho na pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 36. Ver também o gráfico 4.6, que apresenta a queda de rendimentos entre os assalariados urbanos na região metropolitana de São Paulo entre 1985 e 2003 [p. 60].

³² “[...] Embora embarcados num projeto alheio, nos viabilizamos ao nos afirmar contra aquele projeto oficial e ao nos opor aos desígnios do colonizador e de seus sucessores. Pela vontade deles, os índios, os negros e todos nós, mestiços deles, recrutados pela empresa colonial, prosseguiríamos na função que nos foi prescrita de proletariado de ultramar, destinado a produzir mercadoria exportável, sem jamais chegar a ser gente com destino próprio. Às vezes penso que continuamos cumprindo esse desígnio mesmo sem os portugueses, debaixo do guante da velha classe dominante de descendentes dos senhores de escravos que se seguiu a eles no exercício do poder e das novas elites

À exposição histórica supracitada, faz-se mister acrescentar a mudança no eixo econômico na acumulação de capital, a partir da década de 1980, e o impacto dela sobre a “classe C”: não mais a exploração de atividades agrícolas e monoculturais para endereçar ao estrangeiro os artigos aqui produzidos, a “essência de nossa formação”³³ e não mais um ciclo de industrialização vincado pelo tripé Estado, capital nacional e capital estrangeiro e impulsionador de outras atividades, como a de serviços, foram o centro da acumulação de capital. A partir da crise da dívida externa, na década de 1980³⁴, e com a aceleração inflacionária, o capital notou ser mais vantajoso aplicar seus excedentes no mercado financeiro. Com a abertura da economia nos governos Collor e FHC e com a sobrevalorização do câmbio no segundo destes governos, houve necessidade de atração de dólares para pagar o déficit econômico resultante, para financiar importações e conter a inflação; com efeito, os juros elevaram-se estratosféricamente e os investimentos foram desestimulados – para o setor subjacente da sociedade, foi a Era do desemprego e do subemprego, uma vez que as importações cresceram e houve diminuição da atividade fabril, perda do rendimento, aumento da carga tributária por parte de um governo que recorria à fúria arrecadatória para alcançar superávit e pagar a dívida interna. Nos governos subsequentes, Lula e Dilma, não houve alteração no eixo da acumulação de capital porque a primazia dos ganhos não se encontrava mais na produção industrial: a tática de acumular papéis financeiros públicos e privados que redundam em mais dinheiro a partir da circulação estéril não cessou e continua à medida que os juros também continuam altos – o lucro bancário continua maior que o industrial³⁵ e o Estado continua operando como salva-vidas dos proprietários de papéis à medida que se endivida para financiar o controle de preços e que altera as leis, caracterizando-se como um estado de exceção permanente³⁶ para desembargar os ganhos

cujos setores predominantes são, hoje, o setor gerencial das multinacionais. Os mesmos tecnocratas ainda meninos mas já aconselhando governos se aprofundam ainda mais no espontaneísmo do mercado e na irresponsabilidade social do neoliberalismo”. RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 225.

³³ PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. 41ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 23.

³⁴ Embora Francisco de Oliveira tenha argumentado que, desde a ditadura iniciada em 1964, o capital monopolista já se apoiava no mercado de capitais para viabilizar sua expansão para setores produtivos ainda não incorporados por ele e os governos militares adotaram o endividamento externo como solução para financiar o crescimento interno e, assim, escancararam a financeirização da economia e das contas estatais. OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 102.

³⁵ POCHMANN, M. [et. alli]. *Proprietários, concentração e continuidade*. São Paulo: Cortez, 2009 [Atlas da nova estratificação social no Brasil, vol. 3], p. 63.

³⁶ PAULANI, L. M. “Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil” In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. [Orgs.] *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 109 et seq.

financeiros. Sob tal conjuntura, a “classe C” é um peixe muito pequeno diante do capital monopolista e financeiro que controla praticamente tudo; ela recebe, um a um, choques que, para que o totalitarismo econômico não cesse de ganhar, coloca a periferia das grandes cidades na eterna situação de dificuldade.

A despeito do aclave econômico anterior à crise de 2008 e 2009, as condições conjunturais continuam sendo mais uma ameaça de mobilidade social descendente do que uma garantia do título de “classe média”: a acumulação flexível de capital continua sua luta ininterrupta por substituição de trabalho vivo por trabalho morto e de imputação de várias atividades [polivalência] a um mesmo trabalhador e ainda exige dele aperfeiçoamento contínuo e comportamento participativo, continua atacando nichos de mercado que são trocados logo estes se mostrem inviáveis economicamente mesmo com a crescente precarização da mão-de-obra [horas-extras, trabalhos temporários e subcontratados] e continua a empreender o desemprego estrutural³⁷ mesmo que a atividade econômica esteja aquecida. Grande parte do contingente populacional, assim, encontra-se na informalidade³⁸ à medida que o grande capital desobriga-se permanentemente da manutenção do assalariamento e o substitui pelos contratos flexíveis. Ricardo Antunes e Ruy Braga organizaram pesquisas empíricas, em *Infoproletários*, e Jessé Souza, em *Os batalhadores brasileiros*, e mostraram como os *call centers* recrutam teleoperadores e os submetem à rotinização de ter de seguir o *script* e que os maquiniza [como Marx e Braverman, há muito, argumentaram quando analisaram operários de seus respectivos tempos] à medida que está tudo prescrito pelo procedimento a ser seguido, à fragmentação e à regulamentação tecnologicamente facilitadas, ao controle das ações e do tempo das chamadas para que outras mais sejam feitas, ao estímulo da competição entre os trabalhadores e à corrosão da ação política deles. O verniz de atividade moderna apenas colabora para reunir o moderno e o arcaico: há lesões por esforços repetitivos; processos de trabalho que os aproximam muito mais do fordismo e do taylorismo do que do toyotismo, a despeito da informatização do setor; terceirização, característica ao toyotismo e que faz dos *call centers* empresas que atendam outras empresas a partir de mão-de-obra precarizada; novas técnicas administrativas que, em verdade,

³⁷ Outrora vista como apocalíptica, a tese do grupo Krisis, a saber, a de que a automação, a robótica e a microeletrônica compõem em tal grandeza a substituição de trabalho vivo por trabalho morto que o primeiro tornara-se “defunto”, “supérfluo”, “obsoleto” já se naturalizada e, assim, é vendida a ideologia do empreendedorismo como receita para combate à desocupação. KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. Tradução de Heins Kieter Heidemann e Claudio Duarte. São Paulo: Labor – Depto. De Geografia da FFLCH/USP, 1999, p. 11 *et seq.*

³⁸ OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 135 *et seq.*

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.8 – Nº.1	Junho 2015	p.15-31
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

apenas reforçam o controle sobre a mente e o corpo em tempo real³⁹ mediante um “panóptico eletrônico”⁴⁰ ajustado à era *just in time*, conforme Selma Venco considera tomando emprestada a expressão de Foucault. As empresas de *call center* funcionam 24 horas por dia e em todos os dias da semana e, por isso, contratam um número razoável de teleoperadores [o Grupo Atento empregava, em 2008, 65 mil trabalhadores⁴¹, sendo a maioria de mulheres, jovens com ensino médio completo e a maior parte do regime de trabalho em 6 horas ao dia. Na unidade de São Bernardo do Campo [SP], em 2006, trabalhavam 4000 pessoas, sendo a maioria de mulheres [80%], mas com os postos de comando e de melhor remuneração ocupados em maior parte por homens⁴²], jovens com ensino médio completo e com rendimentos que alcançavam R\$ 420,00 para atendentes de menor experiência, R\$ 510,00 para os mais experientes e até R\$ 1.000,00 para aqueles mais qualificados que trabalham com assistência técnica e/ou com recebimento de comissões] sob o regime de contrato flexível e renovável de acordo com metas e comportamento dos funcionários e mostram, empiricamente, e mais uma vez [!] que a mera tecnologização das atividades produtivas não são sinônimas de melhoria das condições de trabalho e de vida, mas degradação, como afirmaram, há tempos, Rousseau em *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, Marx em *O capital*, Horkheimer e Adorno em *Dialética do Esclarecimento*, Marcuse em *One-dimensional man* e Braverman em *Trabalho e capital monopolista*. Contudo, a despeito de ser objeto da exploração toyotista, foi sob ela que a “classe C” ganhou protagonismo

³⁹ “Para auxiliar o supervisor na organização e gestão do trabalho dos atendentes, são utilizados alguns programas de informática, suas grandes ferramentas de trabalho. Responsável pela distribuição das chamadas telefônicas para as diferentes PAs [Posições de Atendimento], todas ligadas ao sistema controlado pelo supervisor, esses softwares orientam os procedimentos, mensuram o tempo médio de atendimento e a duração de uma ligação, produzem relatórios de produtividade e registram a jornada e as interrupções de cada atendente nas posições de atendimento, possibilitando ainda a gravação de todos os procedimentos realizados. Por meio desses softwares, o supervisor vê ininterruptamente na tela de seu computador, o nome de todos os operadores e os gráficos com os respectivos tempos/ritmos/duração de cada atendimento. Nas CTAs [Centrais de Teleatividades], desenvolve-se uma atividade que é monitorada quase em tempo real. As cadências e os ritmos são estabelecidos e as normas e procedimentos são fixados, eliminando-se qualquer possibilidade de autonomia. Os tempos e as tarefas são prescritos, os gestos são acompanhados, a tonalidade da voz é ouvida e corrigida. Para além desse controle, existem ainda as dificuldades que a relação com os clientes podem causar, submetendo o atendente à constante pressão e conseqüente stress”. OLIVEIRA, S. M. “Os trabalhadores das centrais de teleatividades no Brasil: da ilusão à exploração” In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. [Orgs.] *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 122.

⁴⁰ VENCO, S. “Centrais de teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores?” In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. [Orgs.] *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 157.

⁴¹ NOGUEIRA, C. M. “As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho?” In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. [Orgs.] *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 193.

⁴² OLIVEIRA, S. M. “Os trabalhadores das centrais de teleatividades no Brasil: da ilusão à exploração” In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. [Orgs.] *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 124 et seq.

nas análises mais recentes acerca do Brasil, uma vez que, sob o fordismo, a “classe C” estava marginalizada ou incluída de modo muito limitado à medida que aquele proletariado industrial ocupava as vagas formais do setor secundário e deixava atrás de si vagas de menor remuneração nos setores primário e terciário; com o declínio do fordismo, a ideologia liberal superobsoleta apregoa o “empreendedorismo”, o “faça-você-mesmo” como capitulação à incapacidade de oferta de empregos formais, como eufemismo do prolongamento da jornada de trabalho e como legitimação do mito de que pequenos negociantes sejam, verdadeiramente, “autônomos”, embotando o fenômeno de que os grandes conglomerados desencarregam-se de custos com a produção e distribuição de mercadorias ao empurrá-los para os pequenos “empreendedores” formais e informais – em lugar de serem um novo empresariado, são, em verdade, pessoas submetidas a uma neomarginalização social⁴³ revestida e higienizada ideologicamente como modernização.

A despeito das condições *estruturais* [estruturais no sentido indicado por Francisco de Oliveira: “Reposição e recriação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção”⁴⁴] expostas acima, não unilateralmente negativas porque contam também com o crescimento do setor de serviços e das ocupações correlatas a ele⁴⁵, há condições *conjunturais* importantes para a explicação da aparente mobilidade social em vigência, uma vez que o país experimentou, por exemplo, quase duas décadas de vitória sobre a inflação inercial [1989 é sintomático por ter sido o ano em que o recorde inflacionário foi, ao mesmo tempo, o de recorde de desigualdade social registrado pelos institutos de pesquisa; ademais, é mister destacar que a maior inflação do mundo, entre 1970 e 1995, foi a brasileira⁴⁶] e, na década de 2000, expandiu as ocupações formais entre os estratos mais pobres da população, ofertando vagas de

⁴³ ANTUNES, R. “Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?” In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. [Orgs.] *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 234.

⁴⁴ OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 29.

⁴⁵ “Neste início do século XXI, [...] somente o setor terciário tem registrado aumento na sua posição relativa em relação ao PIB. Entre 1980 e 2008, o setor terciário aumentou seu peso relativo em 30,6%, respondendo atualmente por dois terços de toda a produção nacional, enquanto os setores primários e secundários perderam 44,9% e 27,7%, respectivamente, de suas participações relativas ao PIB.

“[...] Durante a década de 2000, o setor terciário gerou 2,3 vezes mais empregos do que o setor secundário, ao passo que, na década de 1970, o setor terciário gerava somente 30% mais postos de trabalho do que o setor secundário da economia nacional. No setor primário, a diminuição nos postos de trabalho no primeiro decênio do século XXI chega a ser nove vezes maior do que o verificado na década de 1970”. POCHMANN, M. *Nova classe média?: o trabalho na pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 16-17.

⁴⁶ NERI, M. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 256.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.8 – Nº.1	Junho 2015	p.15-31
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

rendimento mensal de até 1,5 salário mínimo [59% do total de postos de trabalho]⁴⁷ – mais que um país de classe média, o Brasil aumentou a base de sua pirâmide social formalmente ocupada à medida que dos 21 milhões de postos de trabalho criados na primeira década de século XXI, 94,8% pertencem àqueles cuja remuneração não ultrapassa 1,5 salário mínimo mensal⁴⁸. Trata-se, portanto, não de alcançar o status de um país de classe média, mas de incorporar uma parcela considerável da população à base da estrutura ocupacional *formal*: abandonar a miséria extrema não significa alcançar, imediatamente, a condição de classe média, tanto por conta do parco salário direto dos estratos que ganham 1,5 salário mínimo mensal não ser suficiente para torná-los membros pujantes de uma sociedade de consumo, como pelo salário indireto não ser aquele constitutivo às sociedades de bem-estar social formadas na Europa durante a metade do século XX e desejado pela Constituição brasileira de 1988 – Marcio Pochmann quer fazer crer que os governos petistas do início do século XXI arquitetaram tal estado de bem-estar social⁴⁹; contudo, ele mesmo apresenta dados que refutam sua tese por indicar que o salário indireto que este pretenso estado deveria proporcionar não é eficiente, à medida que os gastos da “classe média” com transporte, saúde, educação e previdência [ineficientes] aumentam conforme a renda também aumenta, consumindo o salário direto; é verdade que há políticas sociais que diminuíram a pobreza monetária no país⁵⁰, mas entre elas e um Estado de bem-estar social há um abismo. Ocupações que, por exemplo, têm como rendimento cerca de 1,5 salário mínimo mensal são as que destinam-se em grande número a atividades do setor primário, de trabalho temporário, de funções terceirizadas e de 2/3 das atividades autônomas⁵¹. Marcio Pochmann mostra três fatores adicionais à estabilidade monetária [esta, por si mesma, facilita a implementação de planos e ações públicas e privadas], entre os anos de 2004 e 2009, e, na década de 2000, o aumento dos postos de trabalho, ambos fundamentais para a explicação da aparente mobilidade social. Um

⁴⁷ POCHMANN, M. *Nova classe média?: o trabalho na pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 19-20.

⁴⁸ POCHMANN, M. *Nova classe média?: o trabalho na pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 27.

⁴⁹ POCHMANN, M. “Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI” In: SADER, E. [Org.] *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/ FLACSO, 2013, p. 151.

⁵⁰ “[...] Sem elas, o Brasil teria, em 2008, 40,5 milhões de pessoas recebendo um rendimento de até 25% do salário-mínimo nacional. Com a complementação de renda pelas transferências, o Brasil registra 18,7 milhões de pessoas com até um quarto de salário-mínimo mensal. Resumidamente, são 21,8 milhões de pessoas que conseguiram ultrapassar a linha da pobreza extrema [até 25% do salário-mínimo per capita]. POCHMANN, M. “Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI” In: SADER, E. [Org.] *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/ FLACSO, 2013, p. 151.

⁵¹ POCHMANN, M. *Nova classe média?: O trabalho na pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 47-123.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.8 – Nº.1	Junho 2015	p.15-31
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

deles foi, a despeito da reengenharia produtiva e da acumulação flexível em vigência, o fortalecimento do setor industrial e o conseqüente nível de estímulo ao emprego formal: foram 8,1 milhões de postos de trabalho gerados no período, contra apenas 1,9 milhão entre 1998 e 2003⁵². O segundo fator foi a ação de políticas públicas que ampliaram a renda das famílias subjacentes da pirâmide social mediante a elevação do salário mínimo [introdução de R\$ 1 trilhão nos rendimentos de trabalhadores com salários de base entre 2003 e 2010] e a transferência de renda que beneficiou idosos, portadores de necessidades especiais, desempregados e pobres [R\$ 305,3 bilhões entre 2002 e 2008]. O terceiro fator foi a abertura e a difusão do crédito aos segmentos de baixa renda, tanto para o consumo como para a produção [o financiamento entre as pessoas físicas quadruplicou entre 2003 e 2009] – na habitação, por exemplo, o financiamento em 2003 alcançou o montante de R\$ 25,7 bilhões em 2004; em 2009, o número subira para R\$ 80 bilhões⁵³. Mesmo a Região Sul, historicamente a de menor desigualdade social e onde a “classe média” é maior graças a uma colonização familiar e agrícola de ocupação do território que ocorreu em conjunto com aquela tradicional ao restante do país, não escapa das contingências conjunturais: uma unidade familiar produtiva de Cachoeira do Sul [RS], com bons equipamentos e máquinas e com boa produção [uva, maracujá, amora etc]⁵⁴, continua caudatária de forças gigantescas de uma agroindústria que seleciona os frutos e que é forte politicamente para forçar os governos a concederem créditos à produção do que interessa a elas e não aos pequenos agricultores [estes, para sobreviverem, se adaptam e nem sempre plantam e colhem o que desejam] – de repente, tudo muda e o que parecia ser bem-aventurança, pode transformar-se em estiagem de crédito e de giro da mercadoria.

Desenlace

⁵² Marcelo Neri argumenta que o crescimento do emprego formal, na década iniciada em 2001, relaciona-se à maior demanda por trabalho decorrente da retomada do crescimento econômico, ao aumento da escolarização da população, à melhoria na eficiência das atividades de fiscalização e inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego, às mudanças na legislação trabalhista e previdenciária [notadamente no governo Fernando Henrique Cardoso] e a incentivos à formalização de micro e pequenas empresas. NERI, M. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 188-189.

⁵³ POCHMANN, M. *Estrutura social no Brasil: mudanças recentes*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28-4-2014.

⁵⁴ SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. 2º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 105 et seq.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.8 – Nº.1	Junho 2015	p.15-31
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

À guisa de considerações finais, trata-se de aproveitar os saberes advindos do respeito à história para mostrar o nó falso entre a combinação identitária de, em um lado da linha, aumento da renda, aumento do consumo e diminuição da pobreza monetária com, de outro, mobilidade social ascendente e diminuição da desigualdade.

Das bases materiais, emergem fenômenos sociológicos, políticos e antropológicos que, em compasso com elas, mostram a insustentável ideia de que a “classe C” seja a “classe média”, conforme argumentado com mais fôlego alhures⁵⁵, e que ajudam a caracterizar a continuidade da dimensão semicolonial e ornitorrítica do Brasil e o papel da “classe C” dentro dela:

- se há aumento de consumo, trata-se de um consumo de classes que faz com que a “classe C” alcance um degrau na escala de consumo ao mesmo tempo em que outros e mais distantes aparecem: “[...] A linha de chegada se move junto com o corredor”⁵⁶ e o “hiato”⁵⁷ entre o desejo e o desejado aumenta, tal como o hiato entre os grandes proprietários e os trabalhadores. Há propriedades denotativas do verdadeiro poder dos grandes proprietários e algumas de classes médias tradicionais e das quais a “classe C” está excluída, tais como a propriedade de papéis [marcas, patentes e, de modo geral, artigos próprios à era do capitalismo financeiro]; assim, em lugar de menor desigualdade, a escassez é repostada e circunscreve a “classe C” ao consumo de quinilharias pelas quais ela é incentivada a idolatrar.

- Se a “classe C” consome o que é prescrito para ela e não consome o que é peculiar às classes superiores, ela limita-se a uma tábua restrita de artigos e à “leitura do cardápio”⁵⁸, castrando-se e convertendo a satisfação em semissatisfação, eis um prazer “tingido de infelicidade”⁵⁹, uma vez que a razão e os sentidos aprendem a se automutilarem. Mesmo a inclusão de artigos que antes não faziam parte da cesta de consumo, corrompem a elevação do padrão de vida da “classe C” à

⁵⁵ ESTEVES, A. A. *A “classe C” vai ao paraíso? A estratificação social do Brasil no início do século XXI*. Disponível em: <<http://anderesteves.wordpress.com>>. Acesso em 05-03-2014.

⁵⁶ BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 166.

⁵⁷ BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. de Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 54.

⁵⁸ HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 131.

⁵⁹ MARCUSE, H. “Para a crítica do hedonismo” In: *Cultura e Sociedade vol. I*. Tradução de Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro, Robespierre de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 171.

medida que significam uma “*sobrevivência ampliada*”⁶⁰ ou um “crescimento canceroso”⁶¹: consumir carro e gasolina como paliativo para o aumento do trajeto para o trabalho, consumir seguro de saúde como paliativo para o aumento de acidentes de trânsito, da violência urbana e da ineficiência do sistema de saúde pública, frequentar mais cursos regulares não é garantia contra o desemprego em uma era de desindustrialização e de toyotismo, acompanhar a moda não significa se atualizar porque ela muda incessantemente – trata-se de uma abundância que repõe a carência.

- Trata-se, assim, de um consumo que mantém a heteronomia, uma vez que a “classe C” é pensada como força produtiva para a qual as bugigangas são fabricadas e estas, ao serem consumidas, regozijam os consumidores ao mesmo tempo em que os submetem. Os construtos da indústria cultural repõem a carência e o arcaico, tais como as “novelas Classe C”⁶² que funcionam como anúncios de outras mercadorias – e não como arte autônoma – que, sem as quais, as pessoas se sentem sem o status do grupo a que anseiam pertencer e, assim, são inclinadas a consumirem o que está esquadrinhado pelo esquematismo pré-estabelecido que invade e coloniza a vida privada, conforme Horkheimer e Adorno mostraram em *Dialética do Esclarecimento*. Outro exemplar da indústria cultural são os hipertextos intrincados por *links* na navegação de *sites* na internet: eles são preparados para substituírem a associação livre de ideias e administrarem a leitura do usuário de acordo com o interesse daqueles que veiculam a informação e procuram impor “falsas necessidades”⁶³, isto é, as que não são necessariamente as dos leitores, repondo a heteronomia, a carência e o arcaísmo permanentemente. A indústria da publicidade, que faz par com a indústria cultural, também empurra a “classe C” para a heteronomia e a carência, seja pela repetição de mensagens à moda behaviorista ou pela fixação de valores à mercadoria anunciada para formar vínculos entre coisas/marcas e pessoas: se todos devem consumir o que é anunciado para conseguirem ser únicos, a singularidade não pode ser encontrada por ninguém e, assim, todos os produtos anunciados e vendidos desmentem os anunciados e comprados anteriormente, além de existirem outros efeitos colaterais produzidos pelos anúncios propagados em massa [alta taxa de desperdício, tirania da beleza jovial e magra, desequilíbrios alimentares, obesidade, consumo impulsivo, endividamento, aumento da violência

⁶⁰ DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Trad. de Estela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, aforismo 40, p. 30 [grifo do autor].

⁶¹ BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Trad. de Artur Morão, Lisboa: Edições 70, 2010, p. 36.

⁶² “Globo mira classe C e se preocupa com TV paga” In: *Folha de S. Paulo*, 07-03-2012.

⁶³ MARCUSE, H. *One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society*. 2º printing. London/New York: Routledge, 2002, p. 07.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.8 – Nº.1	Junho 2015	p.15-31
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

por conta dos marginalizados expostos à violência de um padrão de felicidade do qual estão excluídos, aumento da ansiedade e declínio da autoestima].

- Ao consumir artigos distintivos em relação aos estratos mais pobres, a “classe C” também ganha distinção em relação aos mais ricos, uma vez que consome artigos que imitam as mercadorias que servem de modelo e, assim, cai em uma alienação em segundo grau ao ratificar o consumo de produtos de segunda classe para si mesma e que apenas emulam as mercadorias com estatuto de dominantes; assim, agrilhoa-se ao consumir cópias, bem ou mal feitas, caindo vítima de um “desapossamento de segundo grau”⁶⁴ expresso em espumantes que imitam bebidas luxuosas e corino que imita couro⁶⁵ – há interiorização da dominação objetiva e manutenção de uma raiz arcaizante à medida que a carência dos artigos que garantem distinção são [re]inventados ininterruptamente e fazem das necessidades socialmente produzidas uma força produtiva pela qual o sistema se reproduz, além de reduzir a individualidade dos consumidores, uma vez que eles são incentivados a comprarem o que toda a sua classe compra, e obrigá-los, ainda, a fazerem *marketing* pessoal por acreditarem promoverem-se ao estarem de posse de algo com alguma marca, reciclarem-se e atualizarem-se mediante o próprio corpo como módulo combinatório em relação a tudo que o cerca e como algo que deve receber investimento incessantemente⁶⁶: para não ficarem invisíveis, as pessoas atualizam seus perfis nas redes sociais, que Bauman denomina de “confessionários eletrônicos”⁶⁷, participam das atualizações da indústria cultural, fazem cursos profissionalizantes, consomem mercadorias que prometem toda sorte de bônus e pontos – enfim procuram a subjetividade em uma loja ou em uma gôndola de supermercado e participam do que Baudrillard chamou de “menor cultura comum”⁶⁸, mas que apenas frustra o consumidor à medida que, como a moda sempre planeja a reciclagem, ela humilha e desatualiza os mais atualizados.

- O uso que a “classe C” faz da indústria de crédito não a coloca na “classe média”, apenas substitui o recalque e austeridade de outrora [tal como Max Weber havia argumentado sobre a

⁶⁴ BOURDIEU, P. “Gostos de classe e estilos de vida” In: *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Tradução de Paula Montero, São Paulo: Ática, 1983, p. 100.

⁶⁵ BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. de Daniela Kern e de Guilherme J. F. Teixeira, São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007, p. 361.

⁶⁶ BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Trad. de Artur Morão, Lisboa: Edições 70, 2010, p. 169.

⁶⁷ BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 09.

⁶⁸ BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Trad. de Artur Morão, Lisboa: Edições 70, 2010, p. 128.

afinidade eletiva entre a ética protestante e o espírito do capitalismo e Freud sobre o mal-estar na civilização] pela sedução da gratificação imediata; contudo, como a quantidade de artigos a serem consumidos e descartados nunca cessa, a insatisfação também é eternizada à medida que as pessoas logo se percebem fora de moda e envergonham-se de sua desatualização, o que gera uma nova rodada de compras. A indústria do crédito apenas adia a punição mediante a exigência de somente uma parte do pagamento da fatura do cartão, o uso do cheque especial, créditos ofertados em lojas e supermercados, para que outra repressão seja imposta: forma-se um tipo-ideal de devedor que nunca paga integralmente suas dívidas para transformar as pessoas em uma “raça de devedores eternos”⁶⁹ entorpecidas por uma “droga”⁷⁰ que impõe aos dependentes a lógica do crédito-endividamento-crédito que evite a abstinência.

- Politicamente, em lugar de participar das instituições da democracia representativa⁷¹, o membro da “classe C” reduz a cidadania ao consumo e acredita participar da sociedade por possuir cartão de crédito, não título de eleitor; mesmo as instituições partidárias, para conseguirem alcançá-lo, adequam seus discursos aos procedimentos do *marketing* e vendem seus candidatos como mercadorias. Os poucos membros da “classe C” que se engajam tomam parte de organizações empoderadas⁷² e heterônomas, como ONGs, uma vez que prestam serviços com recursos do Estado ou de empresas privadas e estes abriam mão de prestá-los. Subordinada ao grande capital, a “classe C” tem laços de dependência em relação aos monopólios e não faz questão de aderir a algum projeto nacional e autônomo; assim, não se incomodou em ajudar a eleger governos conservadores e comprometidos com os monopólios e com o capital financeiro: sejam esses governos os de verniz neoliberal, como os governos de Collor e de FHC, ou os de verniz neodesenvolvimentista, como os de Lula e Dilma. Em todos eles, a “classe C” compôs uma base de apoio pluriclassista e foi orquestrada com o interesse de outros estratos sociais, como os dos grupos financistas e do proletariado aristocratizado; a “classe C” empenhou-se em manter a

⁶⁹ BAUMAN, Z. *Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos*. Trad. de Eliana Aguiar, Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 19.

⁷⁰ BAUMAN, Z. *Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos*. Trad. de Eliana Aguiar, Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 24.

⁷¹ Entre votos em branco, nulo e ausências em eleições presidenciais, por exemplo, a porcentagem destes indiferentes com o processo passa dos 30%, número semelhante a países onde o voto não é obrigatório, como nos EUA. OLIVEIRA, F. “Hegemonia às avessas” In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. [Orgs.] *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 22.

⁷² GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais” In: *Saúde e Sociedade* v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-agosto, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>> . Acesso em: 17-03-2014.

ordem e a eficiência da governança corporativa sem assustar os grandes conglomerados produtivos e financeiros⁷³ e submeteu-se ao bloco político de “contrarreformas”⁷⁴ sociais representante da hegemonia financeira [PSDB e PT] que toma as mesmas medidas para todos os problemas e que identificou o termo “reforma”, palavra-chave de qualquer agremiação social-democrata, a desmonte de regulamentações não interessantes ao capital. Acerca do comportamento eleitoral, Jessé Souza e André Singer mostraram que o “lulismo” estreitou as relações entre os estratos C, D e E com o governo à medida que as políticas de redução da pobreza monetária foram um alento garantidor de condições mínimas de sobrevivência. Sem enfrentamento com o capital, a estratégia dos governos Lula e Dilma foi ativar o mercado interno pela proteção ao “subproletariado”⁷⁵ e pela formalização de suas ocupações, afastando os estratos mais subjacentes de agremiações como o DEM e empreendendo um “realinhamento eleitoral”⁷⁶ que se caracteriza pela polarização ricos X pobres, não direita X esquerda, e que, ao mesmo tempo em que combate a pobreza monetária, defende a ordem conservadora e que retarda reformas sociais significativas, combinando o arcaico com o moderno, as políticas ortodoxas dos governos FHC com programas de combate à pobreza monetária – eis um modelo que não acelera o combate à desigualdade para uma velocidade necessária a milhões de brasileiros e que tenta arbitrar os conflitos [não de modo neutro porque as regras são impostas pelos grande conglomerados] entre os mais diferentes estratos e que Luiz Werneck Vianna chamou de “Estado Novo do PT”⁷⁷ contendor de mudanças qualitativas à medida que oferecia juros altos para agradar os financistas, incorporação ao mercado de trabalho para agradar o subproletariado e menor pressão de um exército industrial de reserva de ameaça ao proletariado tradicional – eis a persistência da desigualdade nas palavras do próprio ex-presidente da República:

[...] O que eu guardo é o seguinte: eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam.

⁷³ SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. 2º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 41 *et seq.*

⁷⁴ COUTINHO, C. N. “A hegemonia da pequena política” In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. [Orgs.] *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 34.

⁷⁵ SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 14.

⁷⁶ SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 13.

⁷⁷ VIANNA, L. W. *O Estado Novo do PT*. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>. Acesso em 17-03-2014.

Agora, obviamente que eu tenho clareza que o trabalhador só pode ganhar se a empresa for bem⁷⁸.

- O aumento de consumo da “classe C” diminuiria ou arraigaria o patriarcalismo na sociedade brasileira? A “célula orgânica da sociedade colonial”⁷⁹, caracterizada pela escravidão e pela grande propriedade produtora de bens primários, formava laços de dependência entre o senhor patriarcal e todos seus dependentes; por isso, o arcabouço cultural do brasileiro é formado pelo “mandonismo”⁸⁰, a indolência, a lascívia, a contemporização, o sadismo de uns correlato ao masoquismo de outros, a mania que uns têm de gritar com todos os outros e estes de se mostrarem subservientes, a privatização do público e das instituições estatais pelo interesse privado da casa-grande, a acomodação entre patrão e empregado, a amabilidade e a solícitude empreendidas como táticas políticas e antropológicas de mobilidade social ascendente, a “cultura da personalidade”⁸¹ e do “homem cordial”⁸² descritos por Sérgio Buarque de Holanda, antidemocráticas e bárbaras à medida que conciliam a formalidade liberal ao compadrio e ao privilégio. Mesmo a industrialização do século XX e a dominação impessoal que ela impôs não conseguiu eliminar o *ethos*⁸³ cultural que vincou o brasileiro até hoje de traços patriarcais. A conjuntura na qual a “classe C” está submetida eliminaria? Ela seria uma “classe média” com valores impessoais que varreria o jeitinho da alma do brasileiro ou o reforçaria? Vale a pena pensar que o trabalho árduo e ininterrupto que os gigantescos monopólios impõem mediante os recursos da acumulação flexível toyotista e da economia financeira exigem mais, e não menos, “jeitinho” do brasileiro, mais sacrifício individual diante da imprevisibilidade das crises mais frequentes do capitalismo, mais resignação diante do crescimento de jornadas de trabalho que combinam atividades formais com informais, persistência do mandonismo local e da corrupção da esfera pública à medida que os favores pessoais driblam as regras formais, instrumentalização das relações humanas [família e rede de capital social] e sua colonização pela economia para que

⁷⁸ LULA DA SILVA, L. I. “O necessário, o possível e o impossível” In: SADER, E. [Org.] *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/ FLACSO, 2013, p. 16.

⁷⁹ PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 294.

⁸⁰ FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34° ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 23.

⁸¹ HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26° ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 32.

⁸² HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26° ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 146.

⁸³ FREYRE, G. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*. 6° ed. São Paulo: Global, 2004, p. 37.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.8 – Nº.1	Junho 2015	p.15-31
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

objetivos individuais sejam alcançados. Aquela cultural “marca indelével”⁸⁴ oriunda da escravidão e peculiar ao brasileiro se mantém e não se desmancha enquanto a heteronomia também não se desmanchar.

Referências

- ANTUNES, R.; BRAGA, R. [Orgs.] *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Trad. de Artur Morão, Lisboa: Edições 70, 2010.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. de Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. de Daniela Kern e de Guilherme J. F. Teixeira, São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Trad. de Estela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ESTEVES, A. A. *A “classe C” vai ao paraíso? A estratificação social do Brasil no início do século XXI*. Disponível em: <<http://anderesteves.wordpress.com>>. Acesso em 05-03-2014.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 10º ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- _____. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*. 6º ed. São Paulo: Global, 2004.
- GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais” In: *Saúde e Sociedade* v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-agosto, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>> . Acesso em: 17-03-2014. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902004000200003>
- GUERRA, A [et alli]. *Trabalhadores urbanos: ocupação e queda na renda*. São Paulo: Cortez, 2007 [Atlas da nova estratificação social no Brasil, vol. II].
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26º ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. Trad. de Heins Kieter Heidemann e Claudio Duarte. São Paulo: Labor – Depto. De Geografia da FFLCH/USP, 1999.
- MARCUSE, H. “Para a crítica do hedonismo” In: *Cultura e Sociedade vol. I*. Tradução de Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro, Robespierre de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society*. 2º printing. London/New York: Routledge, 2002.
- NERI, M. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- _____. [Coord.]. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008, p. 07. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/classe_media>. Acesso em: 05-01- 2014.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. [Orgs.] *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- POCHMANN, M. [et alli]. *Classe média: desenvolvimento e crise*. São Paulo: Cortez, 2006 [Atlas da nova estratificação social no Brasil, vol. I].
- _____. *Nova classe média? O trabalho na pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

⁸⁴ RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 108.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.8 – Nº.1	Junho 2015	p.15-31
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------

_____. *Estrutura social no Brasil: mudanças recentes*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28-4-2012.

PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. 41° ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SADER, E. [Org.] *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/FLACSO, 2013.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. 2° ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

VIANNA, L. W. *O Estado Novo do PT*. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>. Acesso em 17-03-2014.

Recebido em: 21/03/2014

Aprovado para a publicação em: 28/04/2015

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.8 – Nº.1	Junho 2015	p.15-31
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	---------